



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <https://www.cmm.pr.gov.br>

PROJETO DE LEI Nº 17694/2025

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Institui o Programa de Conexão Internacional Municipal - Maringá Global, com o objetivo de estabelecer mecanismos de cooperação e diplomacia municipal entre o Município de Maringá e entes, autoridades, países, cidades irmãs e empresas internacionais, visando à viabilização de políticas públicas, obras e ações de interesse público, e dá outras providências.

Art. 1.º Fica instituído o **Programa de Conexão Internacional Municipal - Maringá Global**, com o objetivo de estabelecer mecanismos de cooperação e diplomacia municipal entre o Município de Maringá e entes, autoridades, países, cidades irmãs e empresas internacionais, para fins de:

I - viabilização de obras públicas, políticas públicas, serviços e programas de interesse coletivo;

II - formalização de parcerias, cooperações técnicas, convênios e protocolos de intenções com empresas e entes internacionais que atuem ou tenham interesse em atuar no território municipal;

III - institucionalização de relações diplomáticas municipais, por meio de instrumentos jurídicos adequados, com autoridades estrangeiras, representações diplomáticas e instituições internacionais;

IV - fomento ao desenvolvimento econômico, tecnológico, científico, ambiental, educacional e cultural por meio da integração com o setor internacional;

V - firmar acordo de cooperação internacional visando ao estabelecimento de relações de cidades-irmãs com o Município de Maringá.

Art. 2.º A secretaria municipal competente poderá coordenar o programa de que trata esta lei e firmar instrumentos jurídicos de cooperação internacional, tais como:

I - memorandos de entendimento (MoUs);

II - protocolos de intenção;

III - convênios de cooperação técnica;

IV - acordos de parcerias com entes internacionais;

V - outros instrumentos compatíveis com o direito público nacional e internacional.

Art. 3.º Os instrumentos firmados no âmbito do Maringá Global deverão respeitar:

I - a soberania nacional e os princípios constitucionais do Brasil;

II - a legislação federal e estadual aplicável;

III - os princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como o interesse público.

Art. 4.º No âmbito do Programa de que trata esta Lei, poderão ser desenvolvidas ações locais específicas em parceria com entes e instituições internacionais, especialmente nas áreas de educação e turismo, tais como:

I - concessão de bolsas de estudo para jovens e adolescentes de Maringá em instituições de ensino no exterior;

II - estabelecimento de intercâmbios acadêmicos e científicos com escolas e universidades estrangeiras;

III - implantação de programas de duplo diploma com instituições internacionais de ensino superior;

IV - desenvolvimento de programas de inovação pedagógica com base em experiências e tecnologias educacionais internacionais;

V - capacitação e formação continuada de professores da rede municipal de ensino em centros de excelência no exterior;

VI - promoção de encontros em Maringá com visitantes provenientes de cidades-irmãs e de regiões com vínculos culturais, históricos ou econômicos com o Município, com o objetivo de viabilizar ações de importância para a população maringaense;

VII - participação em feiras e eventos internacionais de turismo com o objetivo de promover Maringá como destino turístico;

VIII - estabelecimento de convênios com organismos internacionais para a capacitação de profissionais do setor turístico;

IX - criação de projetos conjuntos voltados à valorização do patrimônio histórico-cultural e ao fomento do turismo sustentável no Município;

X - outras ações locais em áreas diversas, como saúde, segurança, transporte, cultura, entre outras.

Art. 5.º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber.

Art. 6.º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 29 de agosto de 2025.

GISELLI BIANCHINI
Vereadora-Autora



Documento assinado eletronicamente por **Giselli Patricia Caetano de Lima Bianchini**, Vereadora, em 29/09/2025, às 16:49, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0409856** e o código CRC **22A99D95**.